

Righi quer emenda para antecipar plebiscito

por João Alexandre Lombardo
de Brasília

O líder do PTB na Câmara, deputado Gastone Righi (SP), começou ontem a colher assinaturas para apresentar uma emenda à Constituição propondo a antecipação, de 7 de setembro de 1993 para 15 de novembro próximo, do plebiscito para definir qual o sistema de governo — parlamentarismo ou presidencialismo — que vigorará no País a partir da data. A emenda, assinada também pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), foi escrita com base numa proposta do ex-presidente Jânio Quadros. Caso o parlamentarismo seja aprovado, o Congresso terá prazo de seis meses para compatibilizar a Constituição ao novo sistema de governo.

“A história do parlamentarismo nasce com essa crise”, afirmou Righi. O assunto voltou a crescer ontem no Congresso Nacional. A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) passou o dia trabalhando sobre uma emenda que pretende apresentar ainda nesta semana no Congresso. A emenda propõe que o primeiro gabinete esteja montado até 15 de março de 1991, um ano depois da posse do novo presidente, e quatro meses após a eleição do novo Congresso. “A emenda fará com que o presidente dispute a eleição já sabendo da mudança do sistema de governo”, afirmou Sandra que, ao lado de outros parlamentares, não considera casuística a troca do sistema de governo agora.

A deputada disse que 191 deputados e 31 senadores já assinaram a emenda, número suficiente para que ela seja apresentada. Para ser aprovada, no entanto, qualquer uma das emendas precisará dos votos de 317 deputados e 45 senadores, número considerado bastante difícil de se obter. Além do parlamentarismo, a emenda da deputada propõe a implantação do voto

distrital misto. Segundo ela, a constatação de que há um confronto entre o Executivo e o Legislativo está gerando uma consciência entre os parlamentares e o País, fazendo crescer a idéia parlamentarista.

A proposta do ex-presidente Jânio Quadros, de antecipar o plebiscito para a mesma data de primeiro turno da eleição presidencial, não é vista pelo presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), como uma fórmula parlamentarista. “Quem vai votar num candidato e, ao mesmo tempo, diminuir seus poderes?”, perguntou o senador, que é parlamentarista convicto e tem engavetada uma emenda nesse sentido. Segundo ele, a proposta janista é puramente presidencialista, já que reforçará o sistema presidencialista na hora do voto, impedindo ainda o plebiscito em 1993.

A discussão sobre o parlamentarismo chegou a ser levada para dentro das conversas do pacto ou plano de emergência para evitar a hiperinflação. Foi retirada da pauta, porém, conforme informou o senador Ronan Tito, líder do PMDB no Senado e parlamentarista, “já que o momento não é recomendável psicologicamente”. Também o presidente do PDS, deputado Delfim Netto, acha que não cabe discutir o parlamentarismo junto com o pacto. Ele, porém, defende o sistema de governo e também é autor de uma emenda parlamentarista.

O candidato do PMDB à Presidência da República, deputado Ulysses Guimarães (SP), afirmou ser preciso acabar “com a crença em milagres com a mudança do sistema de governo”. Segundo ele, o parlamentarismo precisa de tempo para ser implantado, e mudar as regras do jogo às vésperas da escolha do novo presidente “desmoralizaria” a eleição.